

POLÍTICA E GESTÃO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Celeida Maria Costa de Souza e Silva – PPGE/UCDB – Campo Grande/MS

celeidams@gmail.com

Paulo Eduardo Silva Galvão – SEMED – Campo Grande/MS

paulo1970edu@gmail.com

1 Introdução

O presente texto tem por objetivo abarcar a prática pedagógica dos professores do Atendimento Educacional Especializado, como resultado de ações no âmbito da política institucional da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), buscando apontar, dessa forma, pautar a política de inclusão na educação superior. Para isso, nos apropriamos da análise utilizando a Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball (1994), com o enfoque centrado no Contexto da Prática.

A “Abordagem do Ciclo de Políticas” adota uma orientação pós-moderna, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e de Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Em primeiro plano, os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Cabe destacar, nesse sentido, que esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Em 1994, por exemplo, no livro *Education reform: a critical and post-structural approach*, Ball (1994) expandiu o ciclo de políticas, acrescentando outros dois contextos ao referencial original: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política (MAINARDES, 2018).

Depreende-se que, quando a Instituição de Educação Superior se apoia das Políticas Educacionais de inclusão e seu aparato legal que orienta para a promoção do acesso, a permanência, o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES), ela própria produz a sua política institucional. Tal processo de produção da política institucional pode ser considerado como o Contexto da Produção do Texto.

No interior das instituições é onde a política está sujeita à interpretação e à recriação de acordo com a realidade da IES e a sua localidade. É nessa localidade que a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na sua forma original.

Vale destacar que a atuação dos atores na prática da política educacional institucional inclusiva na IES permite que essas ações se tornem transformadoras da realidade local, tendo como princípio o posicionamento ético, social e crítico dos atores envolvidos.

Nesse sentido, o Contexto da Prática, segundo Ball e Bowe (BOWE et al, 1992), é o lugar onde a política está sujeita à interpretação e à recriação. Nela, produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na sua gênese. Para os autores, o ponto chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro dessa arena (contexto da prática), mas são sujeitas à interpretação e, então, são recriadas conforme a realidade da localidade, respeitando as especificidades e os atores envolvidos na interpretação da política educacional e na sua atuação.

Para Ball, Maguire e Braun (2012), a “atuação política” corresponde ao movimento no qual esta é colocada em ação – tal como em uma representação teatral ou em uma performance. Esse movimento, segundo os autores, envolve processos criativos de interpretação e tradução. Com isso, entendemos que o Contexto da Prática se caracteriza pela atuação política em si, contendo os significados desta para a localidade e seus diversos atores. Sendo assim, entendemos que as políticas educacionais institucionais apresentadas ganham sentido na atuação em cada Unidade Universitária que compõe a IES/UEMS, com seus atores e cenário a partir da realidade e localidade. Dessa forma, voltamos o debate para as práticas pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com seus atores, que atuam no âmbito da política no interior de cada Unidade Universitária.

2 A Prática da Política e a Política Institucional na Prática

Esta prática da política institucional tem a sua origem na ação dos Professores do AEE em cada unidade, quando, por meio da participação da elaboração da proposta do PPC apresentam as ações a serem contempladas visando à significação da política, desde o contexto macro até a localidade. Dessa forma, entende-se que, para que as ações dos professores do AEE se efetivem, ressignificando a prática da política, como estratégias provenientes da atuação da política institucional, é necessário que esses professores estejam em constante articulação com outros setores.

Dessa forma, entende-se que as práticas pedagógicas do AEE se efetivam, ressignificando a política na prática, como estratégias provenientes da atuação da política institucional. Assim, as práticas pedagógicas do AEE podem ser compreendidas como sendo ações que viabilizam, em articulação com demais órgãos da gestão da UEMS, o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem, a progressão e a terminalidade do curso de graduação, por meio da oferta de serviços, apoios e condições de acessibilidade que promovam a inclusão, primando por organização curricular flexível, recursos humanos, recursos didáticos e estrutura física, de acordo com as necessidades educacionais dos estudantes.

3 Conclusão

Conclui-se que as ações pedagógicas desenvolvidas pelo AEE possibilitam a análise de que a política institucional da UEMS se manifesta num movimento no qual a política é colocada em ação, pois os atores que encenam esse ato, portanto, são os principais atores que vivenciam a política em si.

A prática pedagógica evidenciada no Atendimento Educacional Especializado para o acadêmico com deficiência pode ser compreendida como sendo a política institucional em sua execução. Esta, possibilita a análise de que o Contexto da Prática é efetivado perante as ações que promovem a pesquisa, o ensino e a extensão firmados como proposta da IES para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado.

A integração da pesquisa desenvolvida pelas disciplinas permite ampliar o estudo e as atividades no que diz respeito ao ensino e a prática do AEE para a promoção da aprendizagem dos acadêmicos. Tal ação favorece a imersão do estudante na prática por meio de pesquisas bibliográficas, laboratoriais e de campo.

Some-se a isso o fato de que a extensão tem grande alcance pedagógico, que é contemplado pela ação pedagógica desenvolvida nos atendimentos do AEE, pois possibilita ao estudante a vivência de sua realidade social. É por meio dela que o sujeito em formação acadêmica e profissional irá formando a sua nova consciência social. Por conseguinte, o elo entre a extensão de pesquisa, as atividades de vivência prática e o AEE criam um espaço de formação pedagógica própria e insubstituível para o acadêmico.

Nesse sentido, as atividades de vivência prática, o desenvolvimento da extensão de pesquisa e o AEE, como resultantes da mediação sistematizada de retorno dos benefícios do conhecimento à sociedade, exigem da universidade criatividade e competências com vistas à elaboração de projetos como canais efetivos para este retorno. Com isso, entendemos que a dimensão pedagógica contida no AEE como viés para a extensão tem buscado ser, de forma efetiva e ativa, intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho acadêmico.

Dessa forma, entende-se que a política institucional apresenta limitações no que se refere ao Contexto da Prática, pois o conhecimento produzido “nem sempre” corresponde ao conhecimento teórico-prático e crítico, que precisa ser posto a serviço da melhoria coletiva, da sociedade.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Educação Superior. Educação Especial.

Referências

BALL, S. J. **Education reform:** a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **How schools do policy:** policy enactments in secondary schools. London: Routledge; New York: Taylor & Francis Group, 2012.

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools:** case studies in Policy Sociology. London: Routledge, 1992.

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 12, n. 16, p. 1-19, ago. 2018.

UEMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025**. Disponível em:
<http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/1_2018-06-08_15-01-47.pdf>.
Acesso em: mar. 2022.

UEMS. **Projeto Político Institucional 2021-2025**. Disponível em:
http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/2_2021-02-04_14-55-42.pdf Acesso
em: mar.2022.